



# PLENÁRIO

11ª LEGISLATURA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA

2º Período Ordinário de Sessões

ATA DA 64ª SESSÃO ORDINÁRIA, EM 27 DE AGOSTO DE 2024.

Presidências da Srs. Vereadores Carlo Caiado, Presidente; Tânia Bastos, 1ª Vice-Presidente; e, a convite, Luiz Ramos Filho.

Às 14 horas, em ambiente híbrido, com a presença dos Srs. Vereadores Átila Nunes, Carlo Caiado, Cesar Maia, Dr. Marcos Paulo, Jair da Mendes Gomes, Luciana Boiteux, Luiz Ramos Filho, Marcio Santos, Monica Cunha, Paulo Pinheiro, Tânia Bastos, Teresa Bergher e Zico 13 (treze), assume a Presidência a Sra. Vereadora Tânia Bastos, 1ª Vice-Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (TÂNIA BASTOS) – Havendo número legal, “Invocando a Deus pela grandeza da Pátria e a paz entre os Homens”, dou por aberta a Sessão.

Passemos ao Grande Expediente.

Passa-se ao

## Grande Expediente

A SRA. PRESIDENTE (TÂNIA BASTOS) – Não havendo oradores inscritos, a palavra fica franqueada.

Não havendo manifestação por parte dos senhores vereadores, a Presidência suspende a Sessão até as 15h40.

Está suspensa a Sessão.

(Suspende-se a Sessão às 14h01 e reabre-se às 15h40)

A SRA. PRESIDENTE (TÂNIA BASTOS) – Terminada a Primeira Parte do Grande Expediente, passemos à Segunda Parte.

A oradora inscrita é a Senhora Vereadora Monica Cunha, que dispõe de 20 minutos.

A SRA. MONICA CUNHA – Obrigada. Boa tarde a todos os meus colegas vereadores. Obrigada, Presidenta, por me passar a palavra. Quero, neste tempo que tenho, falar do que está acontecendo de absurdo lá na Favela da Maré. Hoje já completam oito dias de operações todos os dias dentro daquela favela. Removendo pessoas trabalhadoras, impedindo o ir e vir dessas pessoas cotidianamente. Então, eu vou ler rapidamente o que eu escrevi, para colocar de forma mais assertiva e com dados, para que vocês entendam de verdade o que está acontecendo na Maré. Vamos lá.

Como já me coloquei em diversos momentos nesta Casa, eu inicio a minha luta em razão do assassinato do meu filho; infelizmente meu caso não é único, tristemente. Eu faço parte do movimento de mães e familiares de violência neste estado, mães que todos os dias choram a perda dos seus filhos. Por isso faço questão de denunciar os impactos cotidianos desta cidade. E esta cidade não pode seguir contabilizando corpos e covas como se fosse natural. O que a gente quer dizer com isso? Que esta cidade não pode e jamais poderá virar um cemitério aberto. A gente não pode permitir isso.

A situação que está acontecendo no Complexo da Maré é grave e inadmissível. São milhares de moradores submetidos ao completo horror. Eu não sei se vocês têm acompanhado, não só pela TV, mas tristemente eu e diversas outras pessoas militantes... Porque, independente de ser uma parlamentar, eu continuo militante, continuo uma defensora de direitos humanos, então no meu celular não param de chegar essas mensagens, não param de chegar esses vídeos de horror. As operações policiais já duram oito dias, paralisando completamente serviços essenciais, como

os equipamentos de saúde e as escolas públicas. São mais de 26 escolas com suas aulas interrompidas, são mais de 10 mil alunos sem aulas.

As pessoas não estão podendo sair para trabalhar, o transporte está sendo interrompido e o comércio está sendo fechado. O que significa? É de fato fazer um cerco para que essas pessoas todas morram de inanição, não tenham comida, não tenham água, não tenham para onde correr. Então, que vida é essa? Que política é essa? Porque a gente talvez não esteja pedindo enquanto vereadores, mas também fazemos às vezes uma situação de omissão, de não se colocar em defesa das pessoas que estão vivendo essa situação.

Enfim, contudo, desde o mês de julho ocorreram cinco operações policiais com o intuito de realizar os processos de remoção da região. Os moradores também denunciavam que tais operações vêm atingindo o funcionamento dos equipamentos públicos e prejudicando a prestação de serviço básico nas unidades de saúde. Há cerca de sete unidades de saúde, afetando mais de 157 mil pessoas, mais de 500 profissionais de saúde que atuam nessa região, mais de 300 mil atendimentos individuais realizado neste mesmo ano.

Além disso, pessoas estão sendo removidas das suas casas, sofrendo agressão e tendo eletrodomésticos e móveis destruídos. É fundamental questionar como ficará a situação dessas famílias que estão sendo removidas. Esta situação de remoção não é novidade na Cidade do Rio de Janeiro, é uma política antiga desse governo que já está no seu terceiro mandato. Então, não venha me dizer que não sabemos que é peculiar do seu Prefeito Eduardo Paes estar removendo pessoas das suas moradias. É um costume dele.

Qual alternativa os moradores vão ter, Eduardo Paes, a partir do momento em que saírem das suas casas? A ausência de moradia popular é um problema crônico nessa cidade, com certeza. E, aí, a gente vem falar em toda essa política, que até discutimos aqui dentro desta Casa, de moradia no Centro da cidade, mas que não é para se tornar moradia popular, porque moradia popular é o que esse prefeito não quer. O que esse prefeito não gosta desde sempre é de gente. Toda vez eu falo isso, e vai virar repeteco. Para mim não tem nenhum problema, porque ele não gostar de gente trabalhadora, gente preta, gente de favela, isso é antigo.

Eu officiei algumas secretarias. Entre elas, estão a Secretaria de Educação, Secretaria de Saúde e a Secretaria de Ordem Pública, e questionei o impacto dessas operações e as medidas para reparar essa situação. Então, vamos lá gente, a gente fala tanto sobre como é que vão ficar essas crianças e como é que vão ficar esses adolescentes... Gente, não é possível equiparar, na universidade pública, a juventude da Zona Sul e a juventude de favela. E cada vez vai ficar pior! Porque de onde esses meninos e meninas vêm, se não tem aula e se fica oito dias com operação?

Então, já pensou, por 21 dias, as crianças não terem aula? Como é que é isso para o ensino fundamental e depois para o ensino superior? É óbvio que, cada vez mais, a diminuição dessa regularização e a escolarização e educação para todos vão caindo por terra. E aí venho eu, sim, no que eu falo e debato desde sempre: combate ao racismo! Porque isso é atitude racista, sim! Operação policial dessa forma é racista, porque quais são as pessoas que moram dentro desses lugares? Dentro das favelas, dentro da periferia, na sua maioria na Baixada Fluminense, na Zona Oeste? São pessoas negras. São pessoas negras que sofrem, que vivem todas essas operações, todas essas angústias, todas essas violações todos os dias.

A Maré pede paz! Mas não é uma paz para eleição, é uma paz para vida! Porque eles não querem ficar na paz por 40 ou 50 dias, eles querem ficar na paz sempre, porque eles gastam e pagam os seus impostos como qualquer um de nós aqui fora da Maré. Então, eles merecem respeito. Eles são cidadãos, eles votam e a gente não pode permitir isso, enquanto vereadores que somos e de acordo com o que assumimos quando nós tomamos posse.

A situação da Maré nos incomoda, sim, porque são pessoas que a gente representa aqui dentro que estão vivendo isso. Porque a gente representa todo e qualquer ser humano da Cidade do Rio de Janeiro. Então tudo que acontecer com qualquer ser humano na Cidade do Rio de Janeiro é responsabilidade nossa, principalmente quando tiver a mão total do prefeito dessa cidade.





Como sempre, ele vive se colocando como um prefeito que está aí construindo uma cidade antirracista. Mas uma cidade antirracista em que ele tira as pessoas da sua moradia, uma cidade antirracista em que ele não dá escola para as crianças, uma cidade antirracista em que as pessoas não podem ir ao médico, não podem acessar a clínica da família, uma cidade antirracista em que os funcionários públicos não podem trabalhar. Então, essa é a cidade antirracista que o seu Prefeito Eduardo Paes está construindo. É sobre isso, muito obrigada e boa tarde.

A SRA. PRESIDENTE (TÂNIA BASTOS) – Obrigada, Vereadora. Não tendo a oradora utilizado todo o tempo disponível, a Presidência franqueia a palavra.

Não havendo quem se manifeste, a Sessão fica suspensa até as 16 horas.

Está suspensa a Sessão.

(Suspende-se a Sessão às 15h50 e reabre-se às 16 horas, sob a Presidência do Sr. Vereador Carlo Caiado, Presidente)

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Está reaberta a Sessão. Esgotado o tempo destinado ao Grande Expediente, passemos ao Prolongamento do Expediente.

Passa-se ao

## Prolongamento do Expediente

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – A Mesa dará ciência das proposições recebidas.

(LENDO)

OFÍCIO GVWS Nº 09/2024

Rio de Janeiro, 6 de agosto de 2024

À PRESIDÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

Exmo. Sr. Presidente Carlo Caiado,

Tenho a honra de me dirigir a Vossa Excelência, com meus cumprimentos estendidos a todos os pares, no sentido de solicitar providências cabíveis para a criação da Frente Parlamentar pelo acompanhamento da implementação do novo campus da UERJ Zona Oeste.

Esta Frente Parlamentar tem o propósito de trazer luz a uma demanda concreta, ao considerar a incorporação da Universidade Estadual da Zona Oeste (UEZO) à Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), aprovada em março de 2022.

Entretanto, uma vez que o atual campus divide espaço com o Instituto Estadual Sarah Kubitschek (IESK) desde sua criação, a reforma do local no qual deverá ser instituída a nova sede própria – localizada entre as Ruas Amaral Costa e Engenheiro Trindade, na antiga sede da Universidade Moacyr Sreder Bastos –, proporcionará a oferta de mais cursos, o fortalecimento da comunidade acadêmica e a possibilidade de desenvolvimento da pesquisa nesse território.

Para tanto, é preciso enfatizar que o vínculo da comunidade acadêmica se fortalecerá com um campus próprio, bem como no auxílio à retomada econômica das ruas do entorno – que contam com muitos imóveis desocupados. Universidade se faz com pessoas, gera empregos diretos e indiretos e transforma a sociedade!

Desse modo, a criação da Frente Parlamentar com esta finalidade busca jogar luz para os anseios da população do bairro de Campo Grande e entorno, de forma que o Governo do Estado do Rio de Janeiro de fato

avance com a entrega ao público desse espaço que já foi território de desenvolvimento, cultura e ensino bem no centro da localidade.

Por estas razões, solicito aos nobres parlamentares a aprovação desta importante matéria.

Vereador WILLIAM SIRI

De acordo:

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

Vereador MARCIO SANTOS  
Presidente

Vereador LUCIANA BOITEUX  
Vogal

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,  
COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

Vereador PEDRO DUARTE  
Presidente

Vereador MATHEUS GABRIEL  
Vice-Presidente

Com o apoio dos Senhores: VEREADOR DR. GILBERTO, VEREADOR DR. MARCOS PAULO, VEREADOR EDSON SANTOS, VEREADOR INALDO SILVA, VEREADOR MARCELO DINIZ, VEREADOR PABLO MELLO, VEREADOR PAULO PINHEIRO, VEREADOR ROCAL, VEREADOR ULISSES MARINS, VEREADORA MONICA BENICIO, VEREADORA MONICA CUNHA, VEREADORA TERESA BERGHER, VEREADORA THAIS FERREIRA.

(INTERROMPENDO A LEITURA)

Os senhores vereadores que aprovam permaneçam como estão.  
Aprovado.  
Passemos à proposição seguinte:

(LENDO)

REQUERIMENTO Nº 3374/2024

REQUEIRO à Mesa Diretora, com fulcro no Regimento Interno desta Casa de Leis, a concessão do Título de Mérito Esportivo Mestre Hélio Gracie a Julio Cesar da Rocha de Magalhães.

Plenário Teotônio Villela, 15 de agosto de 2024.

Vereador ZICO  
PSD

(INTERROMPENDO A LEITURA)

Os senhores vereadores que aprovam permaneçam como estão.  
Aprovado.  
Passemos à proposição seguinte:

(LENDO)

REQUERIMENTO Nº 3375/2024

REQUEIRO à Mesa Diretora, com fulcro no Regimento Interno desta Casa de Leis, a concessão da Medalha de Reconhecimento Chiquinha Gonzaga à Dra. MÔNICA BATISTA VIEIRA PUGLIA, Desembargadora do Trabalho do Tribunal Regional da 1ª Região.



Plenário Teotônio Villela, 19 de agosto de 2024.

Vereador PAULO PINHEIRO  
PSOL

(INTERROMPENDO A LEITURA)

Os senhores vereadores que aprovam permaneçam como estão.

Aprovado.

Passemos à proposição seguinte:

(LENDO)

REQUERIMENTO Nº 3376/2024

REQUEIRO à Mesa Diretora, na forma regimental, a concessão do Título de Mérito Esportivo Mestre Hélio Gracie ao Centro de Treinamento Família Gorillaz Jiu-jitsu.

Plenário Teotônio Villela, 14 de agosto de 2024.

Vereadora TÂNIA BASTOS  
REPUBLICANOS

(INTERROMPENDO A LEITURA)

Os senhores vereadores que aprovam permaneçam como estão.

Aprovado.

Passemos à proposição seguinte:

(LENDO)

REQUERIMENTO Nº 3377/2024

REQUEIRO à Mesa Diretora, com fulcro no Regimento Interno desta Casa de Leis, a concessão do Conjunto de Medalhas de Mérito Pedro Ernesto a Sandro Gaspar Amaral – Advogado e Sócio da Porto Amaral Advogados.

Plenário Teotônio Villela, 20 de agosto de 2024.

Vereadora VERONICA COSTA  
REPUBLICANOS

(INTERROMPENDO A LEITURA)

Os senhores vereadores que aprovam permaneçam como estão.

Aprovado.

Passemos à proposição seguinte:

(LENDO)

REQUERIMENTO Nº 3378/2024

REQUEIRO à Mesa Diretora, na forma regimental, a concessão do Conjunto de Medalhas de Mérito Pedro Ernesto para o Senhor Oscar de Lima Filho, o Mestre Dinho.

Plenário Teotônio Villela, 13 de agosto de 2024.

Vereadora TAINÁ DE PAULA

(INTERROMPENDO A LEITURA)

Os senhores vereadores que aprovam permaneçam como estão.

Aprovado.

Passemos à proposição seguinte:

(LENDO)

REQUERIMENTO Nº 3379/2024

REQUEIRO à Mesa Diretora, na forma regimental, a concessão do Título de Mérito Esportivo Mestre Hélio Gracie a RAFAEL RIBEIRO ALVES.

Plenário Teotônio Villela, 20 de agosto de 2024.

Vereador Matheus Gabriel

(INTERROMPENDO A LEITURA)

Os senhores vereadores que aprovam permaneçam como estão.

Aprovado.

Passemos à proposição seguinte:

(LENDO)

REQUERIMENTO Nº 3380/2024

REQUEIRO à Mesa Diretora, na forma regimental, a concessão da Medalha de Reconhecimento Chiquinha Gonzaga à Senhora MARCELLA DE GOMENSORO WOLF, por sua destacada atuação em trabalhos voluntários.

Plenário Teotônio Villela, 20 de agosto de 2024.

Vereador MATHEUS GABRIEL

(INTERROMPENDO A LEITURA)

Os senhores vereadores que aprovam permaneçam como estão.

Aprovado.

(Comparecem ainda os Senhores Vereadores Alexandre Beça, Alexandre Isquierdo, Carlos Bolsonaro, Celso Costa, Cesar Maia, Dr. Carlos Eduardo, Dr. Gilberto, Dr. João Ricardo, Dr. Rogério Amorim, Edson Santos, Eliseu Kessler, Felipe Michel, Inaldo Silva, Jorge Felipe, Jorge Pereira, Junior da Lucinha, Luciana Novaes, Marcelo Arar, Marcelo Diniz, Marcio Ribeiro, Matheus Gabriel, Monica Benicio, Pablo Mello, Pedro Duarte, Rafael Aloisio Freitas, Renato Moura, Rocal, Rosa Fernandes, Tainá de Paula, Thais Ferreira, Vera Lins, Vitor Hugo, Waldir Brazão, Wellington Dias, William Siri e Willian Coelho).

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Esgotada a matéria do Prolongamento do Expediente, passemos à Ordem do Dia.

Passa-se à

## Ordem do Dia

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – A Presidência informa que se encontra à disposição dos senhores vereadores, para consulta, a redação final dos seguintes projetos:

(LENDO)

PROJETO DE LEI Nº 2131-A/2023, DE AUTORIA DOS SENHORES VEREADORES MATHEUS GABRIEL, VEREADOR ALEXANDRE BEÇA, VEREADOR LUCIANO MEDEIROS, VEREADOR DR. MARCOS PAULO, VEREADOR NIQUINHO, VEREADORA VERA LINS, QUE “PROÍBE OS POSTOS DE COMBUSTÍVEIS LOCALIZADOS NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO DE COBRAR PELA CALIBRAGEM DE PNEUS”.





PROJETO DE LEI Nº 3072-A/2024, DE AUTORIA DOS SENHORES VEREADORES JUNIOR DA LUCINHA, PABLO MELLO, COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO, COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO E ASSUNTOS LIGADOS AO SERVIDOR PÚBLICO, COMISSÃO DO IDOSO, COMISSÃO DE HIGIENE SAÚDE PÚBLICA E BEM-ESTAR SOCIAL, COMISSÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, COMISSÃO DE CIÊNCIA TECNOLOGIA COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, COMISSÃO DE TRABALHO E EMPREGO, COMISSÃO DE CULTURA, COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA, COMISSÃO DE ESPORTES LAZER E EVENTOS, COMISSÃO DE TRANSPORTES E TRÂNSITO, COMISSÃO DE TURISMO, COMISSÃO DE ABASTECIMENTO INDÚSTRIA COMÉRCIO E AGRICULTURA, COMISSÃO DE ASSUNTOS URBANOS, COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS, COMISSÃO DE FINANÇAS ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA, QUE “INSTITUI A POLÍTICA MUNICIPAL DE ATENÇÃO À PESSOA IDOSA – PMAPIRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

(INTERROMPENDO A LEITURA)

Caso não sofram emendas de redação, serão consideradas aprovadas e irão a autógrafo, nos termos do art. 249, § 1º do Regimento Interno.

O SR. EDSON SANTOS – Para comunicação de liderança, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Para comunicação de liderança, o nobre Vereador Edson Santos, líder do PT, que dispõe de cinco minutos.

O SR. EDSON SANTOS – Senhor Presidente, senhoras e senhores vereadores, a comunicação é no sentido de registrar o fato de uma indivíduo, assim eu posso chamar, chamada Day McCarthy, que foi condenada a oito anos e sete meses de cadeia por proferir palavras racistas a uma menina negra criada pelo casal Bruno Gagliasso e Giovanna Ewbank.

Essa condenação simboliza a possibilidade de não haver complacência com atos de racismo. A Lei que criminaliza o racismo existe desde 1990, no entanto, raros são os casos em que aqueles que incorrem em crime de racismo são julgados e condenados. Portanto, o fato da condenação dessa pessoa merece o registro aqui desta Casa, porque racistas não passarão. Racista tem que ser condenado à reclusão nos presídios brasileiros, para que atos dessa natureza não voltem a se repetir.

A complacência do Estado brasileiro com ato de racismo é que estimula a repetição de várias situações de constrangimento da população negra na Cidade do Rio de Janeiro e no Brasil.

Era o que eu tinha a dizer, Senhor Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Pela ordem, a nobre Vereadora Thais Ferreira, que dispõe de três minutos.

A SRA. THAIS FERREIRA – Obrigada, Presidente, pela palavra. Muito boa tarde a todos os nobres colegas.

Um período difícil para a gente se anuncia, mas a gente está aqui para falar, hoje, de uma vitória que infelizmente a gente não pode celebrar de forma plena.

O Estatuto da Igualdade Racial foi sancionado pelo Prefeito da nossa cidade, no dia 23 de agosto, mas, infelizmente, com muitos vetos. E o que esses vetos significam? Significam ainda a falta de comprometimento do Poder Executivo Municipal em efetivar as políticas afirmativas na Cidade do Rio de Janeiro.

Um detalhe, que não é só um detalhe, que é de grande importância, é que foi vetado completamente o artigo sobre o financiamento das políticas públicas para erradicação do racismo. A gente não pode deixar que essa política tão importante como o Estatuto da Igualdade Racial, que vem sinalizando o espelho da política nacional do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial, seja esvaziada.

Dessa forma, preciso contar com a colaboração de todos os nobres vereadores desta Casa para que, quando esses vetos retornarem ao Plenário, nós possamos, em compromisso e unanimidade, derrubá-los, para que a política antirracista na Cidade do Rio de Janeiro não seja esvaziada e não seja também uma ferramenta eleitoreira.

Para nós, não se trata apenas de um palanque para as eleições, para nós, trata-se da dignidade, da autonomia, da emancipação e da reparação de todo um povo. E a gente não vai abrir mão da nossa dignidade.

Já dissemos aqui, no Plenário – estou mais uma vez usando a palavra para reafirmar o meu compromisso com toda a população preta carioca. Um projeto de lei que teve de ser muito disputado, escrito, reescrito, apreciado pelas comissões, tivemos diversas tentativas de que o projeto fosse derrubado, com emendas que foram coordenadas, sim, por uma mentalidade ainda muito retrógrada, muito retrocesso, e conseguimos aprová-lo. E, agora, após aprovação, lutamos pela sanção pelo Prefeito, mas essa sanção veio com vetos importantíssimos, que nós temos de ter, sim, o compromisso de derrubar, porque senão a política de afirmação, a política antirracista da Cidade do Rio de Janeiro não será completada, e nós não podemos admitir que a maior parcela da população ainda não tenha uma ferramenta de lei que dê segurança a sua dignidade.

Nós estaremos aqui de pé para fazer esse enfrentamento com o Poder Executivo, com apoio daqueles e daquelas que entendem que com racismo nunca haverá democracia.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Obrigado, Vereadora Thais.

Pela ordem, a nobre Vereadora Luciana Boiteux, que dispõe de três minutos.

A SRA. LUCIANA BOITEUX – Boa tarde, senhoras e senhores vereadores, Excelentíssimo Senhor Presidente.

Eu me inscrevi aqui para falar de algo muito importante e muito alarmante, para a gente falar aqui, denunciar as operações policiais na Maré, um território muito potente onde há várias escolas municipais que estão sendo alvo de políticas de segurança baseadas na violência, na repressão, no camburão e no armamento.

O que a gente tem recebido de denúncias, Vereadoras Monica Cunha e Monica Benicio, em especial pelo nosso papel na Comissão de Educação, é a ameaça que está colocada sobre os educadores. Esses educadores que, inclusive, fizeram um ato em frente à Prefeitura, na semana passada, para denunciar que, mesmo neste momento de operação, o protocolo adequado não estava sendo seguido pela Prefeitura, e vários profissionais estavam sendo obrigados a abrir as escolas. É uma situação que a gente precisa falar, pois o direito à educação dessas crianças da Maré é diretamente afetado. Já foram mais de 26 dias sem aula somente neste ano.

A gente sabe que essa política não resolve a questão de segurança e essa política também ainda afeta o direito à educação. É necessário que a ação da Prefeitura e também a ação do Governador Cláudio Castro levem em consideração o necessário respeito à população que vive e mora na Maré e que não pode ter sua vida paralisada. E para quem diz que precisa ter operação policial, a melhor operação policial é a investigação, é seguir o rastro do dinheiro ilícito, é seguir o rastro de onde vêm os armamentos. Fazer policiamento ostensivo com uso de “caveirão”, com uso de armas pesadas para enfrentamentos nos territórios não resolve o problema de segurança, mas leva, em especial, a risco de vida para os moradores.

E a gente sabe, Vereadoras Monica Cunha e Thais Ferreira – as vereadoras sempre denunciam que, acima de tudo, é uma política racista, pois os alvos daqueles que estão sob a mira do fuzil são as crianças, em especial os jovens negros, moradores de favela. É inaceitável que se naturalize essa lógica, e nós estamos aqui para registrar o nosso apoio aos profissionais que precisam ter a devida atenção da Prefeitura e à população favelada, periférica, em sua maioria a população negra, que está sob a mira de fuzil. Isso não resolve o problema de segurança pública, isso é um absurdo e precisa ser repensada essa lógica.



A gente vai conseguir mais segurança pública fazendo política pública, garantindo escola, garantindo educação, emprego, garantindo o direito de ir e vir da população que tem esse direito.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Obrigada, Vereadora.

O SR. PEDRO DUARTE – Pela ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Pela ordem, o nobre Vereador Pedro Duarte, que dispõe de três minutos.

O SR. PEDRO DUARTE – Boa tarde, Presidente. Em nome do senhor, gostaria de cumprimentar todos os vereadores, todas as vereadoras aqui presentes, também todos que nos acompanham.

E gostaria aqui de fazer um debate com as Vereadoras do PSOL, Vereadora Luciana Boiteux, Vereadora Monica Cunha, que acabaram de fazer duas falas relacionando, inclusive, operações que vêm sendo realizadas na Maré.

Em um primeiro momento, gostaria até de pontuar que o PSOL, Vereadora Teresa Bergher, tem que entender, chegar a um consenso com relação às opiniões – por que, Vereador Dr. Rogério Amorim? A Vereadora Luciana Boiteux criticou as operações que têm mero aparato policial. “É só ostensivo policial, só policial, policial, policial não resolve, tem que investigar”. E aí, a polícia, Prefeitura, Ministério Público, Governo Estadual investigam e chegam a uma conclusão de que parte das construções de prédios que vêm acontecendo na Maré seria do tráfico, atividade imobiliária do crime organizado, do poder paralelo na nossa Cidade. Isso é investigação, e essa investigação precisa agir.

E aí, essa investigação entra no Complexo da Maré e derruba prédios. Estamos falando aqui de prédios, Vereador, não de casas de dois andares, de três andares: prédios de cinco, seis andares, com piscina na cobertura. Inclusive, vídeos que eu venho recebendo de alguns que passam por ali, de helicóptero, a trabalho do jornalismo e me mandaram os vídeos. E aí, esses prédios estão sendo demolidos, e aí também recebe crítica.

Então, espere aí: ou tem o policiamento ostensivo, ou tem operação policial por causa de investigação. Porque, sim, haverá demolição desta moradia que hoje financia o tráfico ali naquela região e, em outras, a milícia. Porque hoje são relatórios. A atividade imobiliária, construir prédio e vender apartamento, vender casa, hoje é fonte de receita do crime organizado na nossa cidade – por vezes do tráfico, por vezes da milícia.

Então, sim, esses prédios precisam ser demolidos, porque, hoje, financiam o crime organizado. E, por óbvio, temos que debater política habitacional, mas a gente não tem que vir aqui criticar quando existe esse tipo de demolição. A gente tem que elogiar. Porque são as nossas Forças de Segurança combatendo a fonte de financiamento do crime organizado. O que deveria acontecer, inclusive, muito mais na nossa cidade.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Obrigado, Vereador.  
Passemos à primeira matéria da pauta:

ANUNCIA-SE

EM TRAMITAÇÃO ESPECIAL  
EM REGIME DE URGÊNCIA  
EM DISCUSSÃO ÚNICA  
EM VOTAÇÃO  
QUÓRUM: MA

VETO TOTAL APOSTO PELO PODER EXECUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 2210/2023 DE AUTORIA DO VEREADOR ZICO, QUE «INCLUI NA LEI Nº 5.242/2011 O INSTITUTO DE PESQUISA E PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO MATERIAL E IMATERIAL DO MATADOURO PÚBLICO DE SANTA CRUZ – IMASC».

PARECERES DA:

Comissão de Justiça e Redação, Pela REJEIÇÃO AO VETO, Relator Ver. Inaldo Silva;

Comissão de Mérito, Pela REJEIÇÃO AO VETO, Relator Felipe Michel (Verbal).

\*Prazo em 25/08/2024.

(INTERROMPENDO A LEITURA)

Em votação.

(Os senhores vereadores registram seus votos)

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Está encerrada a votação.

(Concluída a votação nominal, constata-se que votou SIM o Senhor Vereador Átila Nunes 1 (um). E que votaram NÃO os Senhores Vereadores Alexandre Beça, Alexandre Isquierdo, Carlo Caiado, Celso Costa, Cesar Maia, Dr. Carlos Eduardo, Dr. Gilberto, Dr. João Ricardo, Dr. Marcos Paulo, Dr. Rogério Amorim, Edson Santos, Eliseu Kessler, Felipe Michel, Inaldo Silva, Jair da Mendes Gomes, Jorge Felipe, Jorge Pereira, Junior da Lucinha, Luciana Boiteux, Luciana Novaes, Luiz Ramos Filho, Marcelo Arar, Marcelo Diniz, Marcio Ribeiro, Marcio Santos, Matheus Gabriel, Monica Benicio, Monica Cunha, Pablo Mello, Paulo Pinheiro, Pedro Duarte, Rafael Aloisio Freitas, Rocal, Tainá de Paula, Tânia Bastos, Teresa Bergher, Thais Ferreira, Vera Lins, Vitor Hugo, Waldir Brazão, Wellington Dias, William Siri e Zico 43 (quarenta e três). Presentes e votando 44 (quarenta e quatro) senhores vereadores).

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Presentes 44 (quarenta e quatro) senhores vereadores. Votou SIM 1 (um) senhor vereador; e votaram NÃO 43 (quarenta e três) senhores vereadores.

O veto está rejeitado e o Projeto de Lei nº 2210/2023 segue à promulgação.

O SR. DR. ROGÉRIO AMORIM – Pela ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Pela ordem o nobre Vereador Dr. Rogério Amorim, que dispõe de três minutos.

O SR. DR. ROGÉRIO AMORIM – Obrigado, Senhor Presidente.

Quero só pegar o gancho aqui na discussão. Eu acho curioso, nobre Vereador Pedro Duarte, porque se imputa às forças de segurança todas as mazelas da comunidade. Quando tem uma operação policial numa comunidade e, por ora, tem uma suspensão das aulas por conta dessa operação, a esquerda vocifera, falando que a polícia interrompeu as aulas da escola e etc.

Agora, eu fico muito curioso, nobre vereador, ao ver que, dentro de uma escola, em uma comunidade, uma tonelada de droga foi encontrada pela Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. Eu faço aqui a pergunta: quem é que impede o ensino, a boa convivência e a paz dentro das comunidades, é a polícia ou são os marginais? Quem impede as aulas nas escolas?

Quem esconde toneladas de drogas num forro do teto de uma escola, covardemente – porque essa é a prática deles; esses traficantes covardes, vagabundos que são, usam crianças; usam mulheres como escudos, à semelhança do que os terroristas do Hamas fazem na Palestina. Eles usam escudos humanos para que sejam alvos e, depois, culpar o próximo.

Eu acho muito curioso o silêncio daqueles que colocam na polícia a culpa da falta de aula, e não do traficante, vagabundo, que esconde droga dentro de uma escola.

Termino aqui, Senhor Presidente, deixando mais uma manifestação de repúdio a um vilipêndio, uma ofensa e um escárnio a um símbolo nacional brasileiro, que é o Hino Nacional Brasileiro. O fato ocorreu durante um comício em São Paulo, onde o hino foi cantado em linguagem neutra. É um absurdo, um vilipêndio ao símbolo nacional, o uso da linguagem neutra no hino é inaceitável.



Então, fica aqui meu repúdio a essa atitude midiática, que mais uma vez tenta impor à sociedade uma linguagem neutra ao maior símbolo nacional, que é o nosso Hino. Obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Obrigado, Vereador. Pela ordem, a nobre Vereadora Teresa Bergher, que dispõe de três minutos.

A SRA. TERESA BERGHER – Senhor Presidente, senhores vereadores e vereadoras. Eu ouvi atentamente o discurso dos nobres colegas vereadores do PSOL, do Pedro Duarte e agora do Vereador Dr. Rogério Amorim, em relação à questão da Maré.

Eu vou muito à Maré. No sábado, estive na Maré – é verdade que em outra região, mas estive na Maré – e sou sempre recebida por aquele povo maravilhoso. Porque uma coisa tem que ficar clara: 98% da população da Maré são compostos por trabalhadores, por pessoas de bem. Então, por favor, temos que respeitar, sim.

Em relação às escolas não funcionarem, infelizmente, tem que ser assim, porque coloca em risco a segurança das crianças e também dos professores. Tem que ser assim. Agora vem o ponto que eu acho mais sério e grave, que é a demolição, parece, de 40 prédios. Eu ainda não estive na região, mas parece que são 40 prédios.

E, aí, eu deixo a minha pergunta: onde estava a Prefeitura, que permitiu que 40 prédios fossem construídos de forma irregular? A Maré, senhores, tem uma região administrativa. Onde estava o administrador regional? Onde estava o subprefeito? Onde estavam os técnicos da Prefeitura que não foram ao local?

Senhor Presidente, colegas vereadores, isto é apenas um disfarce eleitoral. O Senhor Prefeito está demolindo para aparecer. Não tem que demolir coisa nenhuma. Tem que entregar as moradias para as pessoas pobres que não têm onde morar, dar a titularidade do imóvel para essas pessoas. É isso que tem que ser feito.

Então, fica aqui o meu protesto contra a demolição e contra a falta de fiscalização da Prefeitura do Município do Rio de Janeiro. Lamentavelmente, o Senhor Prefeito está apelando para tudo, e agora parece que resolveu apelar também para esses prédios. Eu sou contra e tenho a coragem de dizer isso. Muito obrigada, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Pela ordem, o nobre vereador Pedro Duarte, que dispõe de três minutos.

O SR. PEDRO DUARTE – Presidente, boa tarde. Gostaria aqui de trazer ao Plenário e celebrar a realização do projeto piloto da Faixa Azul, que é a via exclusiva para motociclistas na Cidade do Rio de Janeiro. Nós estivemos aqui neste Plenário cobrando isso, na audiência pública da Secretaria de Transportes, na presença do Presidente da CET-Rio, Joaquim Dinís, que disse que o projeto estava, sim, em estudo.

Nós fomos a São Paulo conferir como funciona, escrevemos artigos, oficiamos, e felizmente, depois de um ano de cobranças junto à Prefeitura do Rio de Janeiro, nós podemos ver agora o primeiro projeto sendo realizado em São Conrado, na conexão da Lagoa-Barra, na Fernando Mac Dowell, entre a Zona Sul e a Barra da Tijuca.

Em São Paulo, esse projeto basicamente zerou os acidentes com motociclistas, sobretudo os acidentes fatais. Nós sabemos que é uma classe que cresce cada vez mais por causa das entregas, por causa dos aplicativos, e é importante que uma cidade como o Rio de Janeiro organize isso. Então, que esse projeto piloto funcione bem e possa se multiplicar por toda a Cidade do Rio de Janeiro pelas mais diferentes vias da nossa cidade, que, claro, com o devido estudo possam analisar que comportam esse modelo.

Quero pontuar aqui também uma crítica à Prefeitura, porque ela implementou, Vereadora Teresa Bergher, você precisa ter autorização do Senatran, a Secretaria Nacional de Trânsito, para poder realizar a faixa azul. A Prefeitura pediu, mas não conseguiu autorização, e mesmo assim saiu fazendo a faixa, o que é atropelar o processo. Isso pode causar insegurança jurídica e até manchar um projeto que deu muito certo em São Paulo e tem tudo para dar certo aqui. Então, Prefeitura, vamos ser mais diligentes. Não é só porque o prefeito botou no plano de governo dele, que precisa

entregar uma primeira faixa na primeira semana de campanha. Fica feio, não há necessidade disso.

Muito obrigado.

(Assume a Presidência o Sr. Vereador Luiz Ramos Filho, a convite)

O SR. PRESIDENTE (LUIZ RAMOS FILHO) – Passemos à matéria seguinte:

ANUNCIA-SE

EM TRAMITAÇÃO ESPECIAL  
EM REGIME DE URGÊNCIA  
EM DISCUSSÃO ÚNICA  
EM VOTAÇÃO  
QUÓRUM: MA

VETO TOTAL APOSTO PELO PODER EXECUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 2458/2023 DE AUTORIA DAS VEREADORAS LUCIANA BOITEUX E THAIS FERREIRA, QUE “ESTABELECE DIRETRIZES PARA A OFERTA DE LEITE MATERNO NOS ESPAÇOS DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL E NAS CRECHES DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO”.

PARECER DA: Comissão de Justiça e Redação Pela REJEIÇÃO AO VETO, Relator Ver. Inaldo Silva.

\*Prazo em 25/08/2024.

(INTERROMPENDO A LEITURA)

Em votação.

(Os senhores vereadores registram seus votos)

O SR. PRESIDENTE (LUIZ RAMOS FILHO) – Está encerrada a votação.

(Concluída a votação nominal, constata-se que votou SIM o Senhor Vereador Átila Nunes 1 (um). E que votaram NÃO os Senhores Vereadores Alexandre Beça, Alexandre Isquierdo, Carlo Caiado, Celso Costa, Cesar Maia, Dr. João Ricardo, Dr. Marcos Paulo, Edson Santos, Eliseu Kessler, Felipe Michel, Inaldo Silva, Jair da Mendes Gomes, Jorge Pereira, Luciana Boiteux, Luciana Novaes, Luiz Ramos Filho, Marcelo Arar, Marcelo Diniz, Marcio Santos, Matheus Gabriel, Monica Benicio, Monica Cunha, Paulo Pinheiro, Rafael Aloisio Freitas, Thais Ferreira, Vera Lins, Vitor Hugo, Waldir Brazão, Wellington Dias, William Siri e Zico 31 (trinta e um). Absteve-se a Senhora Vereadora Tânia Bastos 1 (uma). Presentes 33 (trinta e três) senhores vereadores). Votando 32 (trinta e dois) senhores vereadores. Absteve-se 1 (uma) senhora vereadora).

O SR. PRESIDENTE (LUIZ RAMOS FILHO) – Presentes 33 (trinta e três) senhores vereadores. Votou SIM 1 (um) senhor vereador; e votaram NÃO 31 (trinta e um) senhores vereadores. Absteve-se 1 (uma) senhora vereadora.

O veto está rejeitado e o Projeto de Lei nº 2458/2023 segue à promulgação.

Pela ordem, o nobre Vereador Edson Santos, que dispõe de três minutos.

O SR. EDSON SANTOS – Senhor Presidente, senhoras e senhores vereadores, parece-me mal colocado o debate sobre a questão da Maré. O governador do estado reclamou, inclusive, dos seus secretários, do grande feito do seu governo de encontrar uma tonelada de maconha dentro de uma escola na Maré. Junto a isso vem toda uma ação policial de demolição de prédios naquela comunidade.



Eu acho que esse debate está mal colocado. O Governador só aparece para dizer isso. O Rio de Janeiro está carente de um governo que tenha uma intervenção que possibilite ao nosso povo ter a melhoria da qualidade de vida. O Governo do Estado está inviabilizando a Universidade do Estado do Rio de Janeiro, enquanto universidade pública. A UERJ precisa de suplementação de verba, para garantir a assistência estudantil. E o Governo do Estado se faz cego diante dessa realidade.

Eu acho que é preciso estabelecer que essas ações do Estado, dentro das comunidades, as prejudicam. Alguém falou: “Ah, tem que pagar o preço de ter escola fechada.” Diabos... se a classe média tiver escola fechada, impossibilitada de levar seus filhos para a escola, ela toparia pagar esse preço? E a educação é o principal instrumento de inclusão da população, de formação da cidadania. E as crianças da Maré estão sem escolas há muito tempo. Assim como acontece na cidade de Deus; assim como acontece no Morro do Alemão. Ou seja, “polícia para quem precisa”, como diz o verso dos Titãs.

E eu quero, aqui, estabelecer aos vereadores que falam tanto da questão da segurança, que algumas décadas atrás, nós tivemos esses debates sobre Cieps. Muitos criticavam, porque diziam que era desperdício de dinheiro; era um investimento que seria um desperdício. Até porque era escola para o povo pobre, povo favelado; para o povo preto do Estado do Rio de Janeiro.

E o Professor Darcy Ribeiro falou o seguinte: “Se a gente não construir escolas, nós vamos construir prisões”. Pois bem, acabaram com a política de educação em tempo integral. E o que se construiu no lugar disso? Bangu 1, Bangu 2, Bangu 3, Bangu 4, Bangu 5, Bangu 6, Bangu 8... Ou seja, o Rio de Janeiro prefere a construção de prisão para aprisionar os jovens, que, sem perspectiva, viram presas do crime organizado.

Então, eu quero, aqui, repelir algumas falas que foram feitas, referentes à questão da Maré. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (LUIZ RAMOS FILHO) – Pela ordem, o nobre Vereador Felipe Michel, que dispõe de três minutos.

O SR. FELIPE MICHEL – Boa tarde, nobre Presidente, Vereador Luiz Ramos Filho.

Primeiro, nobre Presidente, quero, aqui, parabenizar a Câmara e todos os Vereadores que se mobilizaram e votaram a favor do nosso Projeto BRT Seguro, que hoje é o maior programa de segurança pública no transporte do Brasil. Isso é fruto do nosso trabalho à frente da Comissão de Transportes e Trânsito. E quero parabenizar a todos os servidores, guardas municipais e policiais militares que estão diariamente colocando a sua vida em risco, em toda a extensão do BRT Transoeste, Transcarioca, Transolímpica e Transbrasil.

No dia de ontem, uma mulher foi assaltada por um jovem sem perspectiva, segundo o Vereador Edson Santos, que não tem oportunidade, mas está assaltando uma jovem, numa estação. E, mais uma vez, o BRT Seguro o apreendeu. E, pela 17ª vez, aquele jovem que não tem oportunidade, que estava com uma arma que, felizmente, era de brinquedo.

Então, parabenizar o BRT Seguro. Foram 3.400 prisões, diminuiu em 90% a depredação. E, lembrando também, diminuiu a grande evasão. Então, é fruto do nosso trabalho aqui na Câmara, Vereador Luiz Ramos Filho, à frente da Comissão de Transportes e Trânsito.

Então, parabéns ao Vereador Luiz Ramos Filho, parabéns ao Vereador Alexandre Isquierdo, parabéns ao Vereador Beça, e que nós possamos seguir esse trabalho e é um BRT seguro, é um resultado positivo.

Quando o agente cobra, fiscaliza e cria leis e a Prefeitura executa quem ganha o povo, como no BRT Seguro. Quero, rapidamente, vereador, aproveitar. Nós, como Comissão de Transportes e Trânsito, precisamos fazer uma inspeção esta semana ainda lá na Linha Amarela, porque não pode uma via pedagiada como a Linha Amarela e pela segunda vez o incêndio acontecer. Infelizmente, a Lamsa não tem um plano de contingência com problema dos extintores, não cumprindo a lei, demorou a fechar o túnel e colocando a vida do carioca em risco. Então, nós como Comissão de Transportes e Trânsito, precisamos fazer uma inspeção esta semana ainda, porque o carioca está com a sua vida sendo exposta. Mais

de 110 pessoas foram colocando a sua vida em risco, foram internadas, o que poderia ter sido uma tragédia.

Vereador, que nós possamos como Comissão de Transportes e Trânsito ir lá à Linha Amarela. Não pode uma via que cobra pedágio... Nós como vereadores temos que cobrar, é justa e o mínimo de plano de contingência para o nosso povo carioca. Muito obrigado, Presidente. Parabéns pelo nosso trabalho à frente da Comissão de Transportes e Trânsito. Seguimos juntos.

O SR. PRESIDENTE (LUIZ RAMOS FILHO) – Vereador, a hora em que o senhor marcar, estarei presente. O senhor é o nosso líder desse movimento, pode contar comigo.

Para comunicação de liderança, a nobre Vereadora Monica Benicio, Líder do PSOL, que dispõe de cinco minutos.

A SRA. MONICA BENICIO – Obrigada pela palavra, Senhor Presidente.

Pode deixar, Felipe, eu vou ficar bem à vontade. Eu estou tentando entender aqui onde é que está realmente a natureza do debate. Então, enquanto defensora de direitos humanos é aonde eu vou partir a minha fala, mas também enquanto mareense.

Já adianto aqui que eu gostaria de, enquanto mareense, agradecer a fala da Vereadora Teresa Bergher, quando coloca o debate onde ele tem que estar. Cadê a Prefeitura que não fiscalizou? Como é que permitiu?

Eu acredito, espero eu, que ninguém aqui nesta Câmara seja partidário a apoiar qualquer facção criminosa ou a milícia, porém o dado de realidade é que o estado nas favelas e nas periferias produz uma ausência. Ele é presente, sobretudo, de maneira ineficaz, vai precarizando a vida dos trabalhadores daquela região, daquele território, que em sua maioria, como já foi dito aqui, tem um recorte racial. É uma maioria de população preta. A violência nesses territórios é legitimada não só pelo próprio Estado, como pela própria sociedade.

Eu não estou aqui dizendo que construiu irregular com dinheiro do tráfico, da milícia e por isso tem que garantir deixar de garantir. Agora, vamos lá. Está na Constituição que o direito à moradia deve ser garantido a todo brasileiro e brasileira, mas isso não é uma realidade do Estado. Nos territórios precarizados, onde o Estado não garante os serviços básicos, a milícia e o tráfico ocupam, operam e também são agentes de violência sobre aqueles moradores daquele território. Isso aqui eu acho que está pacificado entre a gente.

Tem que ter operação policial? Eu gostaria de dar um passo atrás sobre isso. Porque a gente, enquanto fica esse tipo de discussão neste Plenário, vai fazer política de enxugar gelo para o resto da vida, só que na ponta do fuzil, o morador tem território, porque é pelo CEP que vai ser escolhido e pela cor de sua pele que a sociedade vai dizer se a vida dele vale mais ou vale menos, se o direito dele à moradia vale mais ou vale menos.

Está demolindo, o problema é anterior: não fiscalizou, permitiu que construísse. Não dá condições, Vereador Felipe Michel, de os moradores desse território viverem com dignidade e cidadania plena. Aí acontece algo dessa forma. E eu gostaria de reivindicar então, na desapropriação, que, sim, está correta num caso como esse, qual é a contrapartida? Porque a gente está falando, e Vossa Excelência é sempre muito solícito a essas causas mais sensíveis à necessidade das pessoas, a gente está falando de trabalhadores que, com muito suor, conquistaram eletrodomésticos, o mínimo que conquistaram ali, aquele empreendimento. “Ah, mas comprou da milícia, comprou do tráfico, tem que pagar o preço.” Tudo bem. Então o estado estava onde quando não garantiu moradia plena para esse indivíduo? Cadê a política pública de habitação popular, de financiamento garantido e facilitado para essas pessoas? É mole, Felipe, sucatear a vida de preto favelado, botar a ponta do fuzil na cara deles e depois dizer que está cumprindo a ordem, que está mantendo a lei. Porque na Lagoa, em Ipanema, isso não vai acontecer.

A gente está no oitavo mês do ano e foram 32 operações policiais na Maré. São mais de 140 mil habitantes, foram mais de 26 escolas fechadas, mais de 10 mil alunos sem aulas, mais de sete unidades de saúde paralisadas.



O debate, como ele é colocado, eu não sei se ele é só para prover conteúdo de rede social em ano eleitoral ou se ele tem um acompanhamento de um debate intelectual meio contraditório nessa história. Porque quando a gente está falando de política pública, a gente está olhando para o bem viver e a dignidade da vida humana. Eu gostaria de ver um parlamento, de ver um executivo comprometido com política pública para as pessoas, independente do CEP ou da cor. Porque eu não sei se para o Prefeito Eduardo Paes favelado merece a mesma dignidade de quem mora em Ipanema, de quem mora no Leblon. Eu não sei. Mas o que mostra na política pública, na prática do seu ofício, do seu serviço, é que não, é que vida de preto e favelado vale menos.

A gente está falando de pessoas que estão sendo desapropriadas de suas casas e não receberam nenhuma contrapartida por isso. O debate sobre a intervenção policial podia ser feito pela lógica da qualidade de vida daquelas pessoas. Eu cresci em um território onde me ensinaram que a violência naquele território era o normal, que para favelado o que o Estado tinha para oferecer era violência. Eu hoje ocupo a Câmara Municipal para discutir e construir uma perspectiva diferente para essa população. Nesse sentido, eu acho que neste parlamento deveria estar todo mundo do mesmo lado, que é o da dignidade humana, da valorização da vida. Para isso, é preciso que os serviços básicos sejam garantidos: saúde, educação, moradia. Porque depois vai falar de meritocracia, depois vai falar que está roubando, que está não sei o quê. Eu não estou defendendo isso, até porque é horrível você ser assaltada, isso desperta raiva, um monte de coisa. Mas eu estou discutindo que eu quero um Estado que garanta uma sociedade ser construída onde isso não seja um produto, porque isso é um produto.

O que eu quero tratar aqui é o debate anterior. Como é que nós, enquanto parlamentares, vereadores e vereadoras, que estamos discutindo que cidade, que Rio de Janeiro nós queremos, podemos produzir política pública para evitar que isso aconteça? Eu não quero estar discutindo quem está certo, quem está errado, quem está morrendo mais, quem está morrendo menos; eu quero discutir como as pessoas podem viver melhor, todas elas.

O SR. PRESIDENTE (LUIZ RAMOS FILHO) – Pela ordem, o nobre Vereador Felipe Michel, que dispõe de três minutos.

O SR. FELIPE MICHEL – Primeiro, quero compartilhar com a Vereadora Monica Benicio que tudo que foi falado por ela, se tiver algum vereador que é contra, com certeza absoluta é maluco, porque com certeza nós queremos que o serviço público chegue às comunidades, da mesma forma que chega na Zona Sul.

Eu, semana retrasada, peguei um ônibus na Zona Sul; quando eu cheguei no caminho para Jacarepaguá, o ônibus todo sucateado. Na Zona Sul, ônibus com ar-condicionado, novo. Então, o que a gente quer na Zona Sul a gente também quer não só em Jacarepaguá, na Zona Oeste, mas na Zona Norte, Zona Central e nas comunidades.

E tem a questão do prédio. O prédio estava todo pronto. Por que só depois de todo pronto chegou lá e destruiu? Por que não ocupou? Ocupa aquele prédio, utiliza aquele prédio o poder público. Será que a Prefeitura não poderia? Isso é bíblico: “Onde o mal habitou o bem vai prosperar”. Então, que a Prefeitura ocupe e não destrua. Se está pronto é porque deixou ficar pronto. Então, pega e utiliza.

Será que não poderia ali fazer cursos profissionalizantes, um centro de saúde? Será que a comunidade já está toda resolvida ali na Maré, como outras comunidades do Rio de Janeiro? Isso é triste.

Eu caminhei em Bonsucesso. Pelo amor de Deus! Você anda em Bonsucesso e é o fim dos tempos. Eu sei que a gente está vivendo o fim dos tempos, mas não tanto como está Bonsucesso. Pelo amor de Deus! Bonsucesso está um caos! A gente anda em Bonsucesso, e camelô que está ali há 14 anos às vezes tem que sair correndo com a mercadoria.

Nossa Vice-Prefeita e Vereadora Teresa Bergher, por quem tenho carinho, sei que a senhora anda pelas ruas – e muito – mas é triste ver pessoas há 20 anos como camelô terem que sair correndo quando chega a Prefeitura. Ai, eu pergunto: como a pessoa está ali há 20 anos? É uma vergonha!

Estamos em um ano de eleição. Infelizmente, é um momento em que tem politicagem barata para vender para a imprensa. A cracolândia está espalhada no Rio de Janeiro todo, para tudo que é canto. Ai, na cracolândia que tem hoje na Praça Seca, chega uma mobilização, o Bom Dia Rio, varrem tudo, fazem aquela cena para todo mundo ver e, no outro dia, está todo mundo lá de volta, tudo ocupado, lixo e cracolândia. Sabem por quê? Porque não habita, não ocupa. A Prefeitura precisa ocupar aquele espaço, implementar políticas públicas e ter Centros de Atenção Psicossocial (Caps) e abrigos. Mas não: abrigos não têm água, não têm luz ou o mínimo de dignidade.

Então, Vereadora Monica Benicio, há muitas questões sobre as quais pensamos diferente, mas, nessa questão, tenho certeza, todos nós pensamos da mesma forma. É um lugar onde nos encontramos. Infelizmente, é politicagem barata, comunidades sucateadas, abandonadas e sem saneamento básico. Entra prefeitura, sai prefeitura, e continua da mesma forma.

Agora, vai começar a propaganda eleitoral. Todo mundo vai falar: “Vamos levar saneamento básico para as comunidades”. Passou, tudo continua a mesma coisa.

Presidente, vamos, sim, esta semana fazer inspeção. Obrigado por estarmos sempre juntos nesta luta. Assim nós vamos seguir.

Queria pedir verificação de quórum, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (LUIZ RAMOS FILHO) – Solicitada verificação de quórum, peço aos senhores vereadores que registrem as suas presenças.

O SR. PRESIDENTE (LUIZ RAMOS FILHO) – Nós estamos com problemas técnicos que estão sendo resolvidos pela assessoria da Câmara Municipal. O painel está com problema técnico, razão pela qual a Presidência procederá à verificação por contagem de bancada.

A Presidência solicita aos senhores vereadores que tomem assento em suas bancadas.

(Concluída a verificação de quórum, constata-se:  
Primeira bancada: 6 (seis) senhores vereadores;  
Segunda bancada: 2 (dois) senhores vereadores;  
Terceira bancada: 1 (um) senhor vereador;  
Quarta bancada: nenhum vereador;  
Zoom: 1 (um) senhor vereador.  
Mesa: 1 (um) senhor vereador.  
Total 11 (onze) senhores vereadores).

O SR. PRESIDENTE (LUIZ RAMOS FILHO) – Presentes 11 (onze) senhores vereadores. Não há quórum para dar continuidade aos trabalhos.

A Presidência, antes de encerrar, comunica que, não tendo sofrido emendas de redação, ficam consideradas aprovadas, nos termos regimentais, as redações finais dos Projetos de Lei nº 2131-A/2023 e 3072-A/2024, que seguem a autógrafa; e convoca Sessão Ordinária para amanhã, 28 de agosto, às 14 horas. A Ordem do Dia é a continuação da designada anteriormente.

Está encerrada a Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 16h53)

**O DCM AGORA  
VEM NA PALMA  
DA SUA MÃO**

**ACESSE:**

**DCMDIGITAL.CAMARA.RJ.GOV.BR**